

Empresários sem consenso para mudar a Nova Carta

Josemar Gonçalves



O TSE recebeu, ontem, e concedeu em tempo recorde, o registro do PSDB que poderá agora concorrer às eleições de novembro

Carmen Kosak

Representantes de todos os segmentos empresariais do País decidiram ontem, durante uma reunião na Confederação Nacional da Indústria (CNI), que terão que ficar coesos para obter a supressão de 24 itens do Projeto de Constituição durante a votação de segundo turno. A decisão, no entanto, poderá não durar muito tempo já que em um mesmo grupo estão banqueiros, industriais, empresários nacionais e multinacionais e a União Democrática Ruralista (UDR), segmentos que divergem em alguns desses pontos considerados fundamentais.

Apesar de estarem sendo elaboradas quase 200 emendas, que serão apresentadas por parlamentares do Centro, o diretor da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Rui Altenfelder, assegura que "no grupo há consenso em relação aos 24 itens", que envolvem basicamente a supressão de garantias e direitos dos trabalhadores, das definições de empresa nacional e brasileira, da limitação dos juros em 12%, nacionalização dos contratos de risco e da exploração mineral.

Altenfelder afirmou que durante a reunião, que durou quatro horas, os representantes presentes concordaram que o empresariado perdeu pontos significativos durante a votação de primeiro turno porque "não estava coeso como os trabalhadores que foram assessorados pelo Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (DIAP)". Por isso eles tomaram duas decisões: autodenominar o grupo de

"Unidade Empresarial" e realizar um trabalho silencioso junto aos constituintes, não se utilizando de campanhas em rádio e televisão.

A falta de publicidade dos empresários é uma maneira de diminuir a repercussão negativa da informação de que eles estariam dispostos a investir US\$ 200 milhões para conseguir essas supressões. Rui Altenfelder negou que o grupo estivesse com verbas destinadas para isso, afirmando não ter conhecimento da "origem ou vazamento dessa informação".

Divergências:
A dificuldade de coesão do grupo está justamente em pontos considerados básicos. A UDR, por exemplo, quer a manutenção do dispositivo que limita a taxa de juros em 12% ao ano. Isso desagradará diretamente os banqueiros que também não querem a manutenção da anistia do pagamento de correção monetária nas dívidas dos pequenos e médios empresários e produtores rurais feitas durante o Plano Cruzado. Há dificuldade de consenso na proposta empresarial que exige a supressão das definições de empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional. Essa é uma reivindicação das multinacionais que de certa maneira desagradará ao empresariado nacional, que teria com a medida mais incentivos do que os existentes hoje.

Transparecendo tranquilidade, mas demonstrando as contradições internas Altenfelder afirmou que essas divergências existem. Ele acredita que o importante no momento é trabalhar para tentar fechar acordos com as lideranças partidárias, pois, caso contrário, as chances de se conseguir qualquer modificação serão muito pequenas.

O interesse empresarial

- 1) Suprimir a palavra "direito" no parágrafo que cria o mandado de injunção. Assim, nenhum trabalhador poderá recorrer à Justiça para pedir a aplicação dos direitos assegurados na futura Constituição.
- 2) Supressão total do parágrafo que assegura a aplicação imediata de todas as normas constitucionais.
- 3) Suprimir a jornada de trabalho seis horas para os trabalhos realizados em turno ininterrupto ou de revezamento.
- 4) Retirar as férias remuneradas em pelo menos um terço a mais do que o salário normal.
- 5) Suprimir do texto o trecho que estabelece que o aviso prévio terá que ser proporcional ao tempo de serviço.
- 6) Acabar com a imprescritibilidade das ações de trabalhador rural, igualando-o ao urbano. Assim, só poderão ser reclamados os cinco anos anteriores à demissão.
- 7) Suprimir o direito amplo de greve que no Projeto é assegurado inclusive aos serviços essenciais.
- 8) Eliminar a estatização dos serviços de telecomunicações.
- 9) Destinar exclusivamente à União a competência para legislar sobre trânsito e transporte de bens e pessoas.
- 10) Retirar da União a competência de organizar o abastecimento alimentar.
- 11) Desestatizar a distribuição de gás canalizado.
- 12) Passar para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) a responsabilidade pelas decisões nos dissídios individuais. No Projeto essa é uma competência dos Tribunais Regionais.
- 13) Retirar da Justiça do Trabalho poderes para estabelecer normas e condições de proteção ao trabalho.
- 14) Estabelecer a imunidade tributária das entidades sindicais patronais.
- 15) Não permitir aos Estados a instituição de adicional de Imposto de Renda.
- 16) Suprimir o imposto sobre grandes fortunas.
- 17) Suprimir todos os parágrafos referentes a empresas brasileira de capital nacional.
- 18) Acabar com a preferência dada aos bens e serviços nacionais nas aquisições do poder público.
- 19) Retirar o artigo que torna o Estado agente normativo e regulador da Economia.
- 20) Desnacionalizar a exploração mineral.
- 21) Suprimir a proibição de contratos de risco.
- 22) Retirar a limitação das taxas de juros em 12 por cento ao ano.
- 23) Suprimir as limitações para o investimento estrangeiro na assistência à saúde.
- 24) Retirar o artigo que torna o mercado interno como patrimônio nacional, dificultando qualquer tipo de reserva de mercado.

Esso também deseja alteração

Também as empresas multinacionais querem dar sua contribuição para a redação final do texto da Constituição brasileira. "Nos últimos 10 anos mais de 15 empresas multinacionais investiram cerca de US\$ 1,7 bilhão no Brasil e não tiveram qualquer retorno. Não é justo que a Constituinte agora queira punir esses investidores". Com essa argumentação, o diretor de Assuntos Externos da Esso, em Brasília, Adhemar Berlefin, apoiou alterar pelo menos três artigos do projeto aprovado em primeiro turno.

Para o representante da Esso — que neste período, segundo ele, investiu no País US\$ 270 milhões, também sem retorno — a "injustiça" começa no atual artigo 200, que define a empresa brasileira de capital nacional e deveria ter "todos os parágrafos suprimidos". Já no artigo 205, sobre a nacionalização da exploração mineral, deveria ser suprimida a expressão "de capital nacional", e no artigo 206 (contratos de risco) deveria ser "suprimido inteiramente o parágrafo adicional, sem numeração".

IBS condena jornada de 6 hs

O presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), André Musetti, disse ontem, no Rio, que a jornada de trabalho de seis horas, se confirmada pela Constituinte, criará sérios desequilíbrios no sistema produtivo das empresas siderúrgicas estatais e privadas, gerando queda de produtividade e efeitos negativos inclusive para mão-de-obra empregada no setor. "Menos horas trabalhadas resultarão em menores salários pagos ou em produtos mais caros

para os próprios trabalhadores e consumidores em geral", disse Musetti. Acrescentou que o setor vem operando com prejuízos e encerrou o exercício de 1987 com perda global de Cz\$ 135,1 bilhões.

Para o presidente do IBS, a jornada de trabalho de seis horas afetará negativamente outros setores básicos e vitais para a economia do País, causando diminuição de impostos arrecadados e redução de divisas geradas através das exportações.

"Constituinte quebrará País"

Tóquio — "A Constituinte vai quebrar o País", desabafou terça-feira o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao comentar, no final do dia, as preocupações do empresariado japonês, com relação às limitações impostas pela Assembleia à execução da política econômica de austeridade. "Tomaremos medidas compensatórias necessárias para que nossas metas maiores não sejam comprometidas — afirmou Mailson. Diante da pergunta do chairman da Mitsubishi, Yoei Mimuta, O empresário, durante encontro com o ministro da Fazenda com o Keidarrem (a maior federação de indústrias do mundo),

observou que as medidas econômicas propostas por Mailson são necessárias, mas de difícil execução, considerando o atual quadro político brasileiro (numa clara alusão à Constituinte).

O ministro concordou com a colocação do empresário, dizendo que "há evidentes exageros na Constituição", mas que ela ainda não é definitiva, explicando que haverá uma segunda votação. Mailson atuando junto à imprensa e ao empresariado, e fornecendo maiores informações aos próprios constituintes, sobre o efeito de algumas medidas aprovadas por eles.